

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

EP

CARNAVAL DO

CONCURSEIRO

TODOS OS CURSOS COM DESCONTOS DE 50%

FOLIA DE
OPORTUNIDADES

LEGISLAÇÃO
EXTRAVAGANTE



LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1. Em relação aos crimes de abuso de autoridade, assinale a opção correta.

A) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação da prova configura abuso de autoridade.

B) São penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão temporária e sem vencimentos do cargo, função ou mandato, as quais podem ser aplicadas de forma autônoma ou cumulativa.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

- C)** Apenas membros de Poderes podem ser sujeitos ativos de tais infrações penais, excluída a possibilidade da prática por procuradores municipais.
- D)** A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública condicionada à representação.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



2.O crime de decretar medida privativa de liberdade fora das hipóteses legais, previsto no art. 9 da Lei de Abuso de Autoridade,

A) é processável por ação penal pública condicionada à representação.

B) é aplicável à autoridade judicial que deixar de relaxar prisão manifestamente ilegal, dentro de prazo razoável.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

C) não prevê a aplicação das disposições legais da Lei nº 9.099/95.

D) é apenado com reclusão de 1 a 4 anos ou multa.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

3. Acerca das disposições legais sobre o crime de abuso de autoridade, assinale a alternativa INCORRETA.

A) As penas restritivas de direito previstas na lei de abuso de autoridade não podem ser aplicadas cumuladamente.

B) É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



- C)** Para que a condenação por crime de abuso de autoridade acarrete a perda do cargo público, faz-se necessária a ocorrência de reincidência especificamente no crime de abuso de autoridade.

- D)** Caracteriza o crime de violência institucional a vítima de infração penal a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, a situação violenta.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



4. Qual o crime cometido por agente público quando for praticado ato com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou ainda, por mero capricho pessoal?

A) Usurpação do direito alheio.

B) Abuso de autoridade.

C) Omissão prevaricada.

D) Prevaricação pacífica.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

5. Com base nas disposições da Lei de Abuso de Autoridade, assinale a opção correta.

- A)** A condenação por crime de abuso de autoridade gera automaticamente a perda do cargo, do mandato ou da função pública.
- B)** Somente o servidor público pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

- C)** O erro ocasionado por conduta culposa do agente público não exclui o crime de abuso de autoridade.

- D)** A condenação por crime de abuso de autoridade torna certa a obrigação de indenizar o dano causado.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

6. De acordo com a Lei de Crimes Ambientais, NÃO é crime o abate de animais quando realizado:

A) sem a utilização de arma de fogo.

B) para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que o proprietário das terras julgue necessário.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

- C)** em legítima defesa, diante do ataque de animais ferozes, letais ou não.
- D)** em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



7. Em relação à Lei nº 11.343/2006 que disciplinou as normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e definiu crimes, assinale a alternativa correta.

A) Comete o crime do art. 35 da Lei de Drogas, de associação para o tráfico, a conduta de associarem-se três ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e §1º, e 34 da lei.

B) Para configuração da majorante no artigo 40, inciso V, da Lei nº 11.343/06, é necessária a transposição da fronteira interestadual com a posse da droga, não bastando a mera intenção de fazê-lo.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



C) A majorante no artigo 40, inciso V, da Lei nº 11.343/06, quando configurada, somente deve ser aplicada ao acusado que estava realizando o transporte da droga, não sendo possível a aplicação aos demais denunciados.

D) É possível o confisco de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico de drogas, sem a necessidade de se perquirir a habitualidade, reiteração do uso do bem para tal finalidade, a sua modificação para dificultar a descoberta do local do acondicionamento da droga ou qualquer outro requisito além daqueles previstos expressamente no artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



8. Conforme a Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas), quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às penas de

- A)** prestação pecuniária, prestação de serviços à comunidade e prisão.
- B)** advertência sobre os efeitos das drogas, multa e prisão.
- C)** advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- D)** prestação pecuniária, perda de bens e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



9. Conforme a Lei nº 9.605/1998 — Crimes Ambientais, no que diz respeito às aplicações de penas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinalar a alternativa que descreve uma circunstância que atenua a pena a ser aplicada:

- A)** Reincidência do agente nos crimes de natureza ambiental.
- B)** Ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

C) Baixo grau de instrução ou escolaridade do agente.

D) Ter o agente cometido a infração coagindo outrem para a execução material da infração.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



10. De acordo com o que estabelece a Lei nº 9.605/1998, ao dispor sobre os crimes ambientais, são consideradas circunstâncias que agravam a pena dos crimes ali prescritos, quando não constituem ou qualificam o crime, ter o agente cometido a infração:

A) Em épocas de seca ou inundações; com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa; com emprego de arma de fogo de uso proibido.

B) Mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental; à noite; mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



C) Concorrendo para danos à propriedade alheia; contra a propriedade de seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão; por motivo fútil.

D) Atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos; em domingos ou feriados; facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



11. João cometeu uma conduta lesiva ao meio ambiente e foi condenado pelo crime culposo. Em substituição à pena privativa de liberdade, a autoridade competente aplicou uma pena restritiva de direito.

No caso hipotético precedente e de acordo com a Lei n.º 9.605/1998, a pena restritiva de direito adequada é

- A)** interdição do direito de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos.
- B)** prestação de serviços à comunidade.
- C)** recolhimento domiciliar com vigilância.
- D)** prestação pecuniária no valor de meio salário mínimo.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



12. De acordo com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção estabelece pena, exceto se o crime for culposo, de:

- A)** retenção imediata de cinco anos ou pagamento de multa
- B)** recomendação feita pelo juiz, para o pagamento de cestas básicas
- C)** reclusão, de um a cinco anos, multa ou pagamento de cesta básica
- D)** detenção de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

13. É crime previsto no ECA

- A) entregar, gratuitamente, bebida alcoólica a criança ou adolescente.
- B) conduzir, sem prévia autorização judicial, criança ou adolescente para visitação do pai preso em estabelecimento prisional.
- C) entregar a criança fogos de estampido ou de artifício, ainda que incapazes de provocar-lhe dano físico.
- D) Levar criança a culto religioso promovido em logradouros públicos.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



14. De acordo com o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Artigo 236. Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei, terá como pena:

- A)** Reclusão de um a quatro anos, e multa.
- B)** Detenção de seis meses a dois anos.
- C)** Reclusão de seis meses a oito anos.
- D)** Detenção de quatro a oito anos.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

15. Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção em que o crime NÃO é punido com a pena de reclusão.

A) Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.

B) Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

C) Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.

D) Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



16.No que diz respeito à Lei n° 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

A) A circunstância de a residência ser de propriedade comum do casal não afasta o cabimento da medida de afastamento do lar, resguardado ao agressor apenas o direito ao arbitramento de aluguel proporcional à fração ideal do imóvel.

B) As disposições penais dessa lei são inaplicáveis às mulheres transgênero, por força da vedação à analogia *in malam partem*.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



- C)** A decisão proferida em processo penal que fixa alimentos provisórios em razão da prática de violência doméstica constitui título executivo judicial e autoriza a decretação de prisão civil.

- D)** Essa lei é inaplicável ao ato de violência praticado pelo neto contra a avó se neto e avó não coabitam.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

17. De acordo com a Lei Maria da Penha, entre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, está aquela entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Essa forma se denomina violência:

A) Psicológica.

B) Moral.

C) Física.

D) Emocional.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



18. De acordo com a Lei nº 11.340/2006 — Lei Maria da Penha, assinalar a alternativa CORRETA:

- A)** Exclui-se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.

- B)** A ação de divórcio terá preferência somente quando a situação de violência doméstica e familiar ocorrer antes do seu ajuizamento.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE



- C)** É possível a conversão da pena privativa de liberdade por penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

- D)** Diante da existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ela será imediatamente afastada do lar

LEGISLAÇÃO



19. Segundo a Lei nº 13.022/2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, é correto afirmar que

A) corregedoria e ouvidoria são órgãos obrigatórios em todas as guardas municipais.

B) corregedoria é um órgão de controle externo.

LEGISLAÇÃO



C) é obrigatório o funcionamento de corregedoria nas guardas municipais com efetivo superior a 50 (cinquenta) servidores da guarda e em todas as que utilizam arma de fogo.

D) é facultativo o funcionamento de ouvidoria nas guardas municipais com efetivo inferior a 50 (cinquenta) servidores da guarda.

LEGISLAÇÃO



20. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, Lei Federal No 10.826/2003, é considerado porte irregular de arma de fogo de uso permitido:

A) adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

B) portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

LEGISLAÇÃO

C)possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

D)possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.

DIREITO CONSTITUCIONAL



SEGUE O CARA !!!

INSTAGRAM: PROF. EMMANOEL THADEU

YOUTUBE: PROFESSOR EMMANOEL THADEU

TIK TOK: PROFESSOR EMMANOEL THADEU

EP

CARNAVAL DO

CONCURSEIRO

TODOS OS CURSOS COM DESCONTOS DE 50%

FOLIA DE
OPORTUNIDADES

LEGISLAÇÃO
EXTRAVAGANTE

